

## MINUTA<sup>1 2</sup>

**(Para o preenchimento deste modelo, consulta o Manual de Normas e Orientações Formais.)**

### 1. [TÍTULO DA MOÇÃO DE RESOLUÇÃO POLÍTICA]

*Ao XXIII Congresso Nacional da Juventude Socialista*, apresento a minha moção intitulada: “Por um projeto de fomento à criação de cooperativas de habitação”.

### 2. [INSERIR CONSIDERANDOS]

Tendo em mente que a situação da habitação em Portugal encontra-se em estado crítico. Após anos de especulação imobiliária e, posteriormente, com a pandemia e a atual guerra na Ucrânia, os preços encontram-se num máximo histórico. Com um mercado imobiliário que oferece à população preços inalcançáveis, as alternativas que existem atualmente são poucas. Embora se tenha feito bastante na construção de habitação social, a minha opinião é que esta não deve ser a única ferramenta para combater esta crise.

As cooperativas de habitação têm descido na sua popularidade desde os anos seguintes ao 25 de abril, mas isso não lhes tira o crédito e o possível sucesso que podem ter no mercado imobiliário e nas vidas dos portugueses. As cooperativas de habitação tendem a conseguir construir fogos habitacionais mais baratos do que o normal devido a apoios por parte do Estado e ao assumir um risco coletivo. No Portal da Habitação, é possível ver as cooperativas de habitação como uma forma de promoção da Habitação de Custo Controlado, permitindo aos seus membros menor despesa, ao mesmo tempo que promove um sentido de comunidade e envolvimento nas suas decisões.

---

<sup>1</sup> O preenchimento da Minuta não poderá ultrapassar duas páginas.

<sup>2</sup> A Moção de Resolução Política não poderá ultrapassar duas páginas, e deverá ser utilizado um tamanho de letra nunca inferior a 12.

### 3. [INSERIR PROPOSTAS]

*A Juventude Socialista*, propõe um modo de cooperativas de habitação, chamado *cohousing*, que é uma forma de acesso à habitação que permite que uma comunidade de pessoas viva num edifício sem serem proprietários ou inquilinos, a preços abaixo do mercado, por um longo período de tempo, entre 50 e 100 anos. Tendo como objetivos garantir o acesso a uma habitação digna e acessível; manter a propriedade pública do imóvel (seja ele qual for), que é oferecido à cooperativa na forma de arrendamento; lutar contra a especulação imobiliária; permitir uma melhor e mais longa estabilidade aos membros da sua cooperativa e promover uma gestão comunitária da sociedade, que impulse um sentido de comunidade em todos eles que nela habitem. Neste modelo, a Câmara Municipal ou um proprietário particular cede um imóvel ou devoluto a uma cooperativa para construção. Os cooperantes pagam uma caução e prestações mensais pelo uso da sua habitação. A vida comunitária é promovida e a auto-organização das pessoas que formam as cooperativas é incentivada. Com este modelo, a habitação é considerada um bem de uso e não um investimento. Deste modo, pessoas sem imóveis na sua posse, e com dificuldades financeiras, podem-se candidatar a cooperativas de habitação sem estarem dependentes dos “humores do mercado”.

Penso então, que este modelo não seria difícil de importar para Portugal; sobretudo tendo em conta que funciona numa metrópole tão grande como Barcelona. A quantidade de edifícios devolutos ou abandonados, por câmaras, entidades públicas, indivíduos, ou empresas é suficiente para começar vários projetos nacionais e municipais. Se tivermos como foco a construção de habitações acessíveis, que não estejam sob a lógica de mercado, ao oferecer uma casa barata e de qualidade, num país em que o acesso à primeira habitação é complicadíssimo, estaríamos a melhorar a qualidade de vida das pessoas. Para além dos benefícios económicos que uma cooperativa oferece, ao tornar a habitação um projeto com foco na cooperação entre todos, para uma casa e vida melhor, também fomentamos os valores de comunidade e de comunitarismo. Por outro lado, outro aspeto das cooperativas habitacionais modernas é a promoção da sustentabilidade ambiental. De modo a reduzir o custo de vida aos valores mínimos, é também necessário extrair o máximo dos recursos disponíveis e combater o desperdício, seja energético, alimentar, hídrico. Assim, estas comunidades são incentivadas a um estilo de vida mais sustentável e consciente, tendo como benefício a poupança de recursos financeiros e materiais.

*Braga, 17 de dezembro de 2022*